# CÂMARA MUNICIPAL DE COMODORO-MT

**CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E DE PROVAS E TÍTULOS PARA PROVIMENTO EFETIVO DE CARGOS DO QUADRO PERMANENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE COMODORO**

EDITAL Nº. 03/2026 – PMC-MT

NÍVEL DE ESCOLARIDADE: SUPERIOR

## Cargo: Analista de Procuradoria Legislativa

**Caderno de Prova**

Nome do Candidato

UFMT
Supervisão de Concursos

# I N S T R U Ç Õ E S

***LEIA COM ATENÇÃO***

**1.** Este Caderno de Prova, com páginas numeradas de **01** a **17**, é constituído de uma **Prova Objetiva** com **40 (quarenta)** questões de múltipla escolha, cada uma com **4 (quatro)** alternativas, assim distribuídas:

**01** a **10 – Língua Portuguesa**
**11** a **20 – Informática**
**21** a **40 – Conhecimentos Específicos**

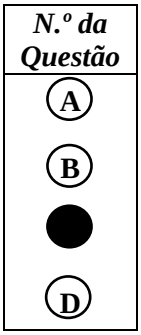
**2.** Caso o Caderno de Prova esteja incompleto ou tenha qualquer defeito de impressão, solicite ao fiscal que o substitua.

**3. Sobre a marcação das respostas no Cartão de Respostas**

***As respostas das questões deverão ser transcritas com caneta esferográfica de tinta azul ou preta não porosa, fabricada em material transparente, para o Cartão de Respostas, que será o único documento válido para correção. O Cartão de Respostas não será substituído por erro ou dano do candidato.***

**3.1.** Para cada questão existe apenas uma alternativa que a responde acertadamente. Para a marcação da alternativa escolhida no **CARTÃO DE RESPOSTAS, pinte completamente** o círculo correspondente.

*Exemplo: Suponha que para determinada questão a alternativa **C** seja a escolhida.*




**3.2.** Marque apenas uma alternativa para cada questão.

**3.3.** Será invalidada a questão em que houver mais de uma marcação, marcação rasurada ou emendada, ou não houver marcação.

**3.4.** Não rasure nem amasse o **CARTÃO DE RESPOSTAS**.

**4.** Todos os espaços em branco, neste caderno, podem ser utilizados para rascunho.

**5.** Não haverá substituição do **CARTÃO DE RESPOSTAS** por erro do candidato.

**6.** A duração da prova é **4 (quatro) horas**, já incluído o tempo destinado ao preenchimento do **CARTÃO DE RESPOSTAS**.

**7.** Somente após decorridas **2 horas e 30 minutos** do início da prova, o candidato, depois de entregar seu Caderno de Prova e seu Cartão de Respostas, poderá retirar-se da sala de prova. O candidato que insistir em sair da sala de prova antes desse tempo deverá assinar **Termo de Ocorrência** declarando sua desistência do concurso.

**8.** Será permitida a saída de candidatos levando o Caderno de Prova somente **na última meia hora** de prova.

**9.** Na página 17 deste Caderno de Prova, encontra-se a **Folha de Anotação do Candidato**, a qual poderá ser utilizada para a transcrição das respostas das questões objetivas. Essa folha poderá ser levada pelo candidato para posterior conferência com o gabarito somente após decorridas **2 horas e 30 minutos** do início da prova.

**10.** Após o término da prova, o candidato deverá, obrigatoriamente, entregar ao fiscal o **CARTÃO DE RESPOSTAS** devidamente assinado (no espaço próprio) e preenchido.

# *LÍNGUA PORTUGUESA*

**QUESTÃO 01**

Leia o texto a seguir.

O Estado de Mato Grosso cresce. A economia avança, a arrecadação aumenta, a produção bate recordes. Os benefícios desse desenvolvimento ainda não alcançam, na proporção necessária, quem mais precisa. Há municípios em que milhares de pessoas dependem do Bolsa Família para sobreviver. Essa é a grande contradição que Mato Grosso precisa enfrentar.

Em qual alternativa a reescrita desse texto apresenta problemas relativos à coesão, coerência e/ou correção gramatical?

**[A]** O Estado de Mato Grosso cresce: a economia avança, a arrecadação aumenta, a produção bate recordes, mas os benefícios desse desenvolvimento ainda não alcançam, na proporção necessária, quem mais precisa, visto que há municípios em que milhares de pessoas dependem do Bolsa Família para sobreviver. Essa é a grande contradição que Mato Grosso precisa enfrentar.

**[B]** O Estado de Mato Grosso cresce: a economia avança, a arrecadação aumenta, a produção bate recordes, logo os benefícios desse desenvolvimento ainda não alcança, na proporção necessária, quem mais precisa, pois que existe municípios em que milhares de pessoas dependem do Bolsa Família para sobreviver. Esta é a grande contradição que Mato Grosso precisa enfrentar.

**[C]** Mato Grosso precisa enfrentar uma grande contradição. O estado cresce: a economia avança, a arrecadação aumenta, a produção bate recordes, no entanto os benefícios desse desenvolvimento ainda não alcançam, na proporção necessária, quem mais precisa, pois que há municípios em que milhares de pessoas dependem do Bolsa Família para sobreviver.

**[D]** Mato Grosso precisa enfrentar uma grande contradição. O estado cresce: a economia avança, a arrecadação aumenta, a produção bate recordes, todavia os benefícios desse desenvolvimento ainda não alcançam, na proporção necessária, quem mais precisa, visto que existem municípios em que milhares de pessoas dependem do Bolsa Família

**Instrução: Leia atentamente o texto a seguir e responda às questões de 02 a 06.**

O outro

Ele queria muito ser eleito. Não: ele precisava muito ser eleito. Estava atrás de um emprego que lhe desse um bom salário, mordomias e verbas para gastar na contratação de assessores – além, claro, das múltiplas oportunidades que, como vereador, teria. O problema era arrumar votos. Não tinha amigos, não era conhecido, nem sequer recebera um apelido pitoresco que pudesse usar na propaganda. Mas o pior não era isso. O pior que combinava um visual péssimo – baixinho, gordinho, careca – com uma congênita inabilidade para falar em público. Em desespero, resolveu procurar um marqueteiro. Estava disposto a gastar uma boa grana nisso, desde que pudesse adquirir uma nova imagem, uma imagem capaz de garantir a eleição. O marqueteiro, famoso, exigiu honorários salgados, mas garantiu resultados. Que, de fato, não se fizeram esperar. Em poucas semanas o candidato era outro. Mais magro, mais alto (saltos especiais) com uma bela peruca, parecia agora um galã de novela. Além disso, transformara-se num fantástico orador, um orador capaz de galvanizar o público com uma única frase. Se foi eleito? Foi eleito com uma avalanche de votos. O que representou um duplo alívio: de um lado, conquistava o cargo tão sonhado. De outro, podia deixar de lado a peruca, os sapatos com saltos especiais e a dieta. E também podia falar normalmente, no tom meio fanhoso que o caracterizava. E aí começaram as surpresas desagradáveis. Quando foi tomar posse, ninguém o reconheceu. Mas como? Então era aquele tipo charmoso, magnético, da tevê e dos cartazes? Era ele sim, como o comprovou, mostrando a identidade. Não foi a única contrariedade. Logo descobriu que, como vereador, era péssimo: não sabia falar, não convencia ninguém, sequer era procurado por lobistas. Bom mesmo, concluiu com amargura, era o Outro, aquele que o marqueteiro tinha inventado. Aquele sim, podia fazer uma grande carreira, chegando quem sabe à Presidência. Mas onde estava o Outro? Só uma pessoa poderia ajudá-lo nessa busca, o marqueteiro. Só que o marqueteiro tinha sumido. Com o dinheiro ganho nas eleições resolvera passar dois anos em alguma praia do Caribe. Todas as noites o vereador sonha com o Outro. Vê-o na Câmara, discursando, empolgando multidões. Mas não sabe o que fazer para encontrá-lo. Sabe, sim, o que dirá se isso um dia acontecer. E o que dirá, numa voz fanhosa e emocionada, será: o senhor pode contar com meu voto - para sempre.

(SCLIAR, Moacyr. O imaginário cotidiano. São Paulo, Gaia, 2006.)

**QUESTÃO 02**

Tome o trecho *Logo descobriu que, como vereador, era péssimo: não sabia falar, não convencia ninguém, sequer era procurado por lobistas.* Sobre os sinais de pontuação usados nesse trecho, analise as afirmativas.

I. As duas primeiras vírgulas isolam uma expressão que indica circunstância.
II. O sinal de dois pontos indica a introdução de um esclarecimento ou exemplos.
III. As duas últimas vírgulas separam orações coordenadas, indicando uma enumeração.
IV. A segunda vírgula foi empregada erroneamente, pois não se deve usar vírgula entre sujeito e predicado, conforme as regras da norma culta.

Está correto o que se afirma em

**[A]** I, III e IV, apenas.
**[B]** I e II, apenas.
**[C]** II e IV, apenas.
**[D]** I, II e III, apenas.

**QUESTÃO 03**

Na frase *Só que o marqueteiro tinha sumido.*, a expressão <u>*Só que*</u>, devido ao seu significado, pode ser substituída por

**[A]** Porém.
**[B]** Logo.
**[C]** Portanto.
**[D]** Pois.

**QUESTÃO 04**

Na frase *E aí começaram as surpresas desagradáveis.*, a concordância verbal ocorre seguindo o princípio básico da concordância verbal: o verbo adapta-se aos quesitos número e pessoa do sujeito. Assinale o exemplo em que **NÃO** houve obediência a esse princípio básico.

**[A]** Enfim, foram analisados todos os recursos propostos pelos moradores para não eliminarem a praça do meio do bairro.
**[B]** Todo início de ano, os vereadores se motivam para, num dia qualquer, ao cair da noite, elevarem seu salário.
**[C]** Depois de muito tempo, o alvoroço dos participantes da feira diminuíram bastante, até o completo silêncio.
**[D]** Ficou claro que todos os funcionários aprovaram a decisão da diretoria sobre os horários de descanso.

**QUESTÃO 05**

Os pronomes oblíquos assumem diferentes posições em relação ao verbo e exercem importante função coesiva no texto, visto que minimizam a repetição de palavras e contribuem para situar os interlocutores e objetos no tempo, espaço e no próprio texto. Sobre o assunto, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

( ) Em *E também podia falar normalmente, no tom meio fanhoso que o caracterizava.*, o pronome <u>*o*</u>, em posição proclítica, retoma o sentido da palavra *candidato.*
( ) Em *Só uma pessoa poderia ajudá-lo nessa busca, o marqueteiro.*, o pronome *o*, na forma <u>*lo*</u>, em posição enclítica, retoma o sentido da palavra *marqueteiro*.
( ) Em *Vê-o na Câmara, discursando, empolgando multidões.*, o pronome <u>*o*</u>, em posição enclítica, retoma o sentido da palavra *Outro*.
( ) Em *Mas não sabe o que fazer para encontrá-lo.*, o pronome <u>*o*</u>, na forma <u>*lo*</u>, em posição proclítica, retoma o sentido da palavra *marqueteiro*.

Assinale a sequência correta.

**[A]** V, V, F, F
**[B]** F, F, V, V
**[C]** V, F, V, F
**[D]** F, V, F, V

**QUESTÃO 06**

A respeito do texto, analise as afirmativas.

I. Sugere que todo candidato a cargo eletivo necessita do trabalho de um marqueteiro, sem o qual não consegue se eleger.
II. Mostra como, em época de eleição, um candidato usa estratégias pelas quais se torna conhecido e é eleito.
III. Relata medidas empreendidas por marqueteiros para eleger um candidato mesmo que ele não tenha as qualidades necessárias.
IV. Mostra como eleitores, ao escolher em quem vão votar, se deixam levar pela aparência do candidato.

Estão corretas as afirmativas

**[A]** I, II e IV, apenas.
**[B]** II, III e IV, apenas.
**[C]** I e III, apenas.
**[D]** II e III, apenas.

**Instrução: Leia o texto a seguir e responda às questões de 07 a 09.**

Carta Apostólica *Misericordia et mísera do Santo Padre Francisco*

Não ter trabalho nem receber um salário justo, não poder ter uma casa ou uma terra onde habitar, ser discriminado pela fé, raça, posição social... estas e muitas outras são condições que atentam contra a dignidade da pessoa; frente a elas, a ação misericordiosa dos cristãos responde, antes de mais nada, com a vigilância e a solidariedade. Hoje são tantas as situações em que podemos restituir dignidade às pessoas, consentindo-lhes uma vida humana. Basta pensar em tantos meninos e meninas que sofrem violências de vários tipos, que lhes roubam a alegria da vida. Os seus rostos tristes e desorientados permanecem impressos na minha mente; pedem a nossa ajuda para serem libertados da escravidão do mundo contemporâneo. Estas crianças são os jovens de amanhã; como estamos a prepará-las para viverem com dignidade e responsabilidade? Com que esperança podem elas enfrentar o seu presente e o seu futuro?

O caráter social da misericórdia exige que não permaneçamos inertes mas afugentemos a indiferença e a hipocrisia para que os planos e os projetos não fiquem letra morta. Que o Espírito Santo nos ajude a estar sempre prontos a prestar de forma efetiva e desinteressada a nossa contribuição, para que a justiça e uma vida digna não permaneçam meras palavras de circunstância, mas sejam o compromisso concreto de quem pretende testemunhar a presença do Reino de Deus.

(Disponível em: www.vatican.va/content/francesco. Acesso em: 14/05/2025.)

**QUESTÃO 07**

Qual a intencionalidade desse texto?

**[A]** Conclamar os cristãos a interferirem nas condições precárias em que vivem adultos e jovens, a contribuírem para que eles tenham uma vida digna.
**[B]** Rogar a Deus para que ajude os cristãos a não simplesmente ver a situação de desespero de pessoas sofridas, mas a agir de modo a eles terem um amanhã.
**[C]** Informar ao mundo quantas situações de intolerância social existem, quantos adultos e jovens sem esperança de um futuro melhor, uma vida digna.
**[D]** Incitar os cristãos a não deixarem que a justiça social exista apenas no papel, que a vigilância predomine, que a hipocrisia possa restituir dignidade aos sofredores.

**QUESTÃO 08**

Os pronomes relativos fazem a retomada do sentido de palavra mencionada no texto, contribuindo com a sequenciação das ideias. Assinale o trecho que apresenta pronome relativo.

**[A]** *O caráter social da misericórdia exige que não permaneçamos inertes mas afugentemos a indiferença e a hipocrisia.*
**[B]** *Que o Espírito Santo nos ajude a estar sempre prontos a prestar de forma efetiva e desinteressada a nossa contribuição.*
**[C]** *Mas afugentemos a indiferença e a hipocrisia para que os planos e os projetos não fiquem letra morta.*
**[D]** *Hoje são tantas as situações em que podemos restituir dignidade às pessoas, consentindo-lhes uma vida humana.*

**QUESTÃO 09**

As palavras *solidariedade, dignidade, responsabilidade* são substantivos formados com o sufixo dade, que indica ideia de qualidade ou estado. Sobre o uso de sufixos, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

**[A]** Os substantivos racismo e consumismo são formados pelo sufixo ismo, que indica uma prática ou sistema de crenças ou movimentos.

**[B]** Os substantivos polimento e fingimento são formados pelo sufixo mento, que exprime ideia de possiblidade de realizar uma ação.

**[C]** Os substantivos aprendizagem e coragem são formados pelo sufixo agem, que exprimem ideia de ação ou resultado de uma ação.

**[D]** Os substantivos semelhança e segurança são formados pelo sufixo ança, que indica ideia de estado ou qualidade.

**QUESTÃO 10**

Maria Joana é uma joaninha estressada, personagem de Clara Gomes, criadora das tiras denominadas Bichinhos de Jardim.




(Disponível em: bichinhosdejardim.com. Acesso em: 29/05/25.)

A respeito da tira, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

( ) A solicitação de Maria Joana a Iaiá foi atendida plenamente somente no último quadrinho da tira, o que lhe causou aborrecimento.

( ) Antes mesmo de obter resposta a sua pergunta, Maria Joana entendeu que Iaiá, por ser uma inteligência artificial do mal, a atenderia prontamente.

( ) A previsão do clima dada por Iaiá pode ser considerada uma reflexão a partir do seu conhecimento de mundo.

( ) Maria Joana não mostrou interesse pela fala final de Iaiá, bastava-lhe saber se ia chover ou não.

( ) A fala de Iaiá, no último quadro, compõe-se de um período subordinado: uma oração principal e uma oração subordinada que expressa ideia de condição.

( ) Iaiá, a inteligência artificial do mal, usa duas vezes a palavra *tá*, com o mesmo sentido e igual função gramatical.

Assinale a sequência correta.

**[A]** F, V, V, F, F, V
**[B]** V, V, F, F, V, F
**[C]** F, F, V, V, V, F
**[D]** V, F, F, V, F, V

# *INFORMÁTICA*

**QUESTÃO 11**

Considere uma planilha do Microsoft Excel com as células A1, B1, A2, B2, A3 e B3 preenchidas com os valores 10, 4, 8, 22, 16 e 2, respectivamente. Quais valores seriam produzidos pelas fórmulas =MÉDIASE(A1:B3;">10") e =SOMASES(A1:B3;A1:B3;"<10") respectivamente?

**[A]** 16 e 24
**[B]** 16 e 14
**[C]** 19 e 24
**[D]** 19 e 14

**QUESTÃO 12**

Sobre o item Programas e Recursos do Painel de Controle do Windows 11, analise as afirmativas.

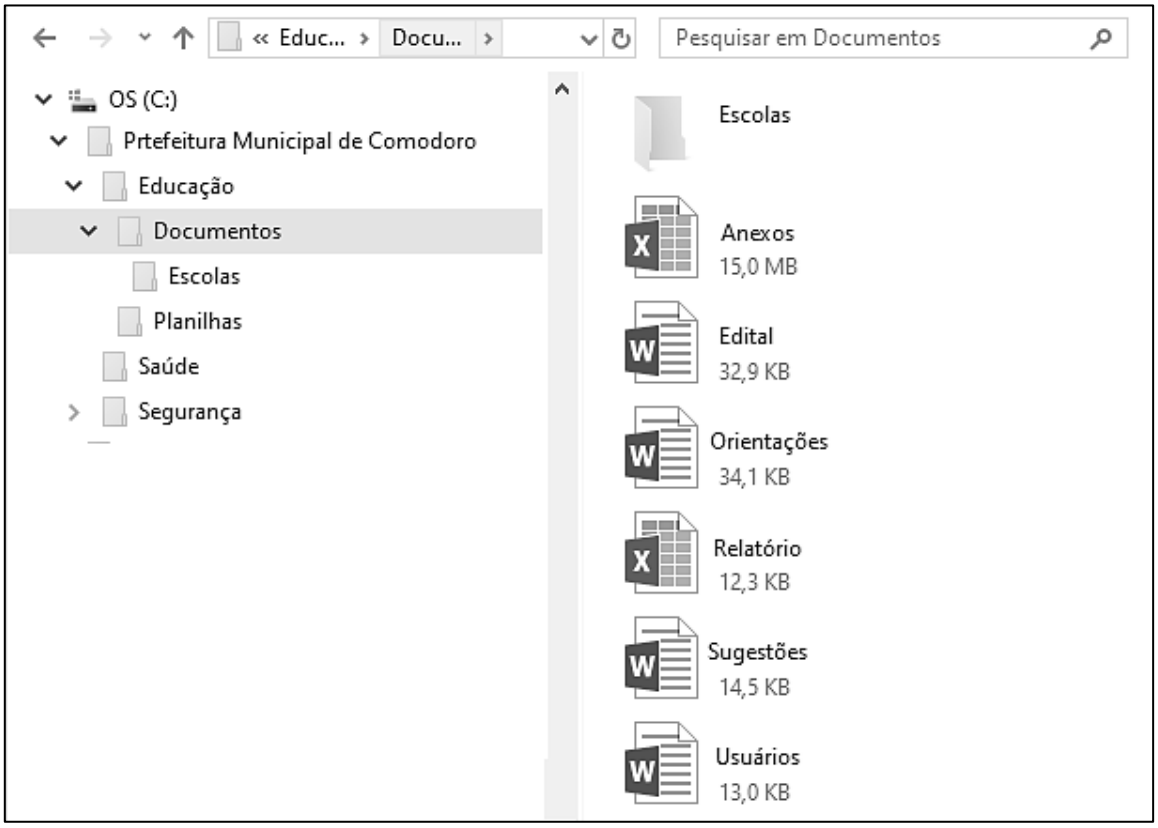
I. Permite ativar ou desativar recursos do Windows por meio de caixas de seleção do tipo marca/desmarca para cada um dos recursos disponíveis.
II. É a ferramenta indicada para desinstalar aplicativos do computador, não sendo recomendado excluir arquivos diretamente no Explorador de Arquivos.
III. Apresenta recurso que permite salvar uma cópia de segurança quando um programa é desinstalado para que possa ser restaurado futuramente, se necessário.
IV. No modo de exibição "Lista", é possível visualizar, além do nome, informações tais como data de instalação, tamanho e versão dos programas instalados.

Estão corretas as afirmativas

**[A]** I e II, apenas.
**[B]** III e IV, apenas.
**[C]** I, II e III, apenas.
**[D]** II, III e IV, apenas.

**QUESTÃO 13**

Considere o fragmento de tela a seguir, extraído do Explorador de Arquivos do Windows 11, com a pasta Documentos selecionada.




Sobre a figura, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

( ) Os seis arquivos exibidos no lado direito da tela são conteúdo da pasta Escolas.
( ) A pasta Escolas não possui qualquer pasta (subpasta) em seu conteúdo.
( ) O arquivo Orientações possui tamanho superior ao do arquivo Anexos.
( ) Os arquivos Edital e Sugestões são documentos nativos do Microsoft Word.

Assinale a sequência correta.

**[A]** V, F, F, V
**[B]** V, F, V, F
**[C]** F, V, F, V
**[D]** F, V, V, F

**QUESTÃO 14**

Sobre boas práticas de segurança da informação no uso de computadores, analise as afirmativas.

I. É indicado manter o sistema operacional e demais softwares sempre atualizados para corrigir vulnerabilidades que possam ser exploradas por invasores.
II. Recomenda-se utilizar uma conta com privilégios de Administrador no uso rotineiro do computador para garantir que antivírus operem sem bloqueios.
III. É recomendado limpar periodicamente histórico, cookies e cache do navegador de internet para proteger a privacidade das atividades realizadas no computador.
IV. Recomenda-se instalar múltiplos programas antivírus simultâneos no computador para aumentar a proteção de forma proporcional, sem causar conflitos de sistema.

Estão corretas as afirmativas

**[A]** II e IV, apenas.
**[B]** I e III, apenas.
**[C]** I, II e III, apenas.
**[D]** I, III e IV, apenas.

**QUESTÃO 15**

Assinale a alternativa que apresenta a definição dos malwares Ransomware e Stalkerware, respectivamente.

**[A]** Ransomware é um código malicioso que torna inacessíveis os dados armazenados em um equipamento e exige pagamento de resgate; Stalkerware é um programa de espionagem usado para monitorar e rastrear a atividade de uma vítima.
**[B]** Ransomware é um programa projetado para exibir anúncios excessivos e pop-ups na tela do usuário; Stalkerware é um malware que se propaga exclusivamente por meio de mensagens falsas no WhatsApp.
**[C]** Ransomware é um código que monitora o tráfego de rede para roubar senhas bancárias; Stalkerware é um programa que transforma o computador em um "zumbi" para realizar ataques de negação de serviço (DDoS).
**[D]** Ransomware é um software legítimo de backup que apresenta falhas de segurança críticas; Stalkerware é um mecanismo de autenticação em duas etapas, criado para interceptar códigos SMS.

**QUESTÃO 16**

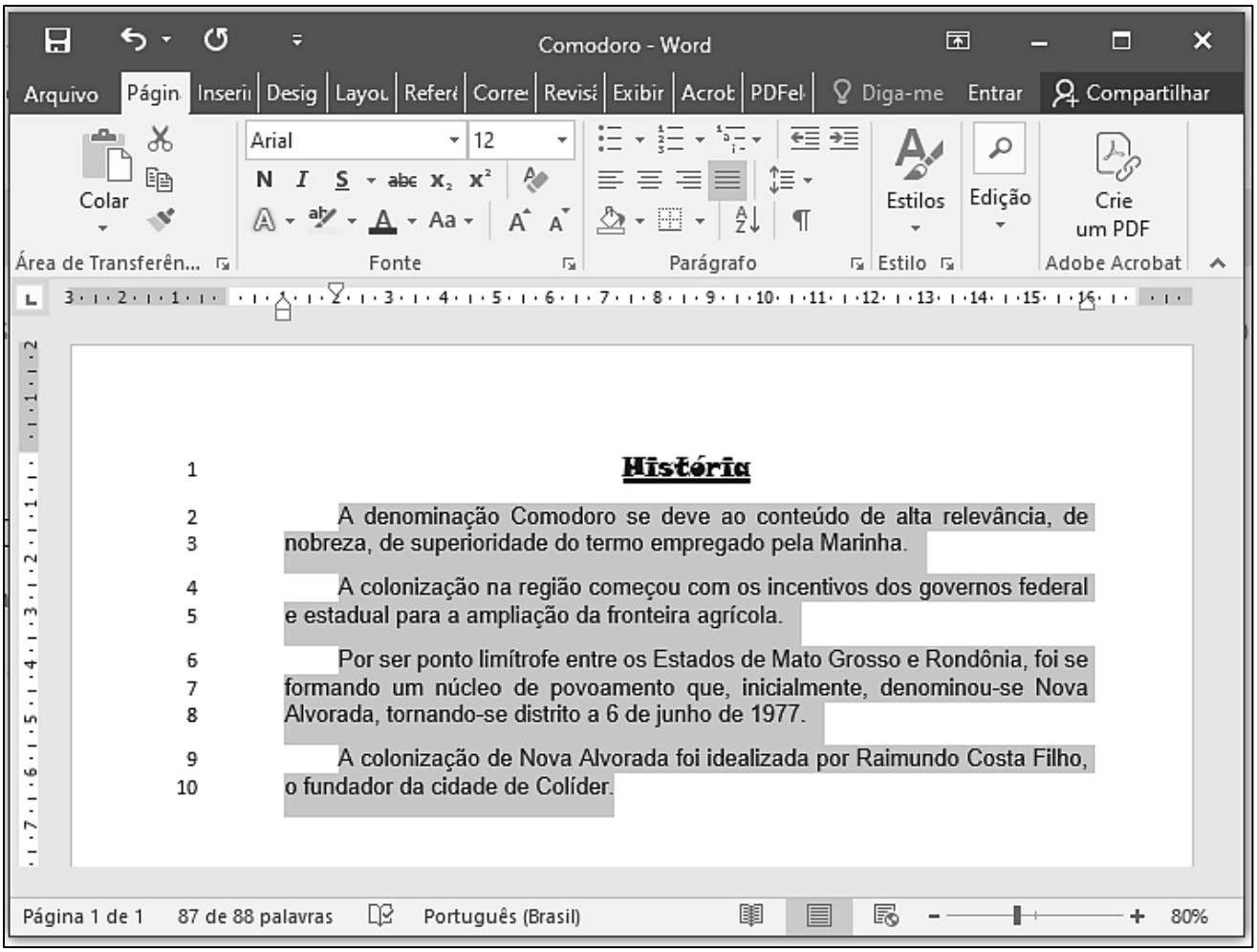
Sobre o recurso de preenchimento automático do navegador Google Chrome, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

( ) Permite que o Chrome guarde informações, como nomes, endereços e dados de pagamento para acelerar o preenchimento de formulários na web.
( ) Para gerenciar o recurso, deve-se selecionar a opção Configurações no menu principal e acessar a seção Preenchimento automático e senhas.
( ) Não permite que dados inseridos em campos de senhas sejam protegidos por biometria ou PIN do Windows.
( ) Por segurança, não é permitido adicionar mais de uma forma de pagamento, como, por exemplo, múltiplos cartões de crédito.

Assinale a sequência correta.

**[A]** V, V, F, F
**[B]** F, F, V, V
**[C]** V, F, V, F
**[D]** F, V, F, V

**Instrução: As questões 17 e 18 são baseadas no documento seguinte do Microsoft Word 2016 com as linhas numeradas de 1 a 10 e com um bloco de texto selecionado (linhas 2 a 10).**




## QUESTÃO 17

Sobre o documento, analise as afirmativas.

I. A formatação de fonte aplicada no título do texto (linha 1) é Arial, tamanho 12.
II. O documento foi salvo com o nome História, por ser a primeira palavra do texto.
III. O nível de zoom aplicado para visualização do documento é de 80%.
IV. O alinhamento aplicado no texto selecionado (linhas 2 a 10) é justificado.

Estão corretas as afirmativas

**[A]** I e II, apenas.
**[B]** I, III e IV, apenas.
**[C]** II, III e IV, apenas.
**[D]** III e IV, apenas.

## QUESTÃO 18

Sobre as configurações de margens do documento e de parágrafos do texto selecionado (linhas 2 a 10), assinale a afirmativa correta.

**[A]** A margem esquerda do documento está configurada para 2 cm.
**[B]** O recuo de primeira linha do texto selecionado está ajustado para 1 cm.
**[C]** A margem superior do documento está ajustada para 3 cm.
**[D]** O recuo esquerdo do documento está posicionado em 2 cm.

**QUESTÃO 19**

Sobre conceitos de hardware, analise as afirmativas.

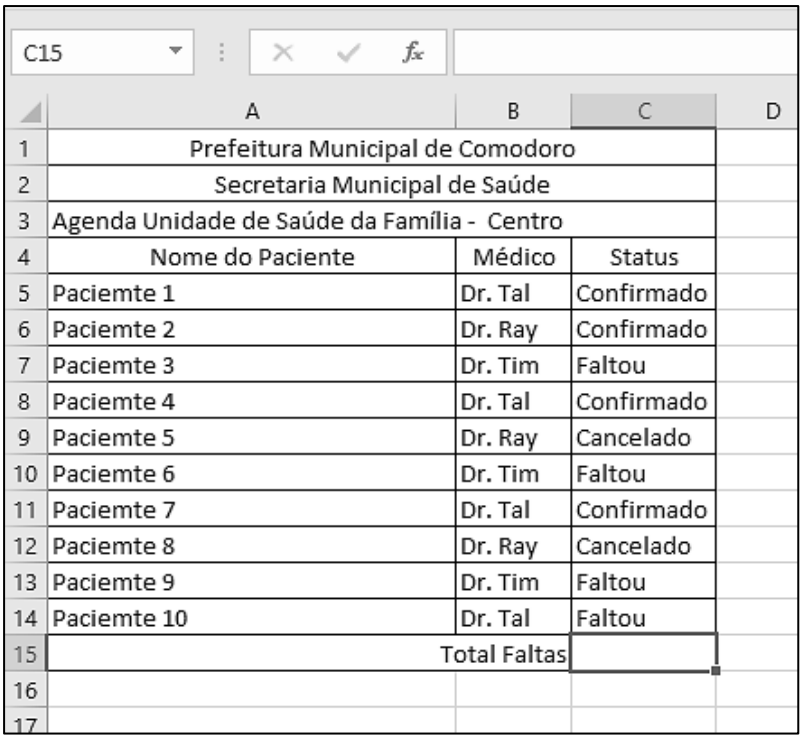
I. A Unidade de Controle (UC) é o componente da CPU responsável por executar as operações matemáticas e os testes lógicos do sistema.
II. A memória cache é integrada à CPU e serve para reduzir o tempo de espera do processador no acesso aos dados da memória RAM.
III. A memória ROM perde todas as suas informações gravadas assim que o computador é desligado da energia elétrica.
IV. Os drives de estado sólido (SSDs) utilizam memória Flash para armazenar dados de forma não volátil, sem depender de peças mecânicas móveis.

Estão corretas as afirmativas

**[A]** I e III, apenas.
**[B]** II, III e IV, apenas.
**[C]** II e IV, apenas.
**[D]** I e II, apenas.

**QUESTÃO 20**

A figura seguinte apresenta uma planilha do Microsoft Excel com a célula C15 selecionada.



| | A | B | C | D |
|---|---|---|---|---|
| 1 | Prefeitura Municipal de Comodoro | | | |
| 2 | Secretaria Municipal de Saúde | | | |
| 3 | Agenda Unidade de Saúde da Família - Centro | | | |
| 4 | Nome do Paciente | Médico | Status | |
| 5 | Paciemte 1 | Dr. Tal | Confirmado | |
| 6 | Paciemte 2 | Dr. Ray | Confirmado | |
| 7 | Paciemte 3 | Dr. Tim | Faltou | |
| 8 | Paciemte 4 | Dr. Tal | Confirmado | |
| 9 | Paciemte 5 | Dr. Ray | Cancelado | |
| 10 | Paciemte 6 | Dr. Tim | Faltou | |
| 11 | Paciemte 7 | Dr. Tal | Confirmado | |
| 12 | Paciemte 8 | Dr. Ray | Cancelado | |
| 13 | Paciemte 9 | Dr. Tim | Faltou | |
| 14 | Paciemte 10 | Dr. Tal | Faltou | |
| 15 | | Total Faltas | | |
| 16 | | | | |
| 17 | | | | |

De acordo com a planilha, qual fórmula poderia ser incluída na célula C15 para retornar o número de pacientes que faltaram?

**[A]** =CONT.COND(C5:C14;"Faltou")
**[B]** =CONT.VAR(C5:C14;"Faltou")
**[C]** =CONT.NUM(C5:C14;"Faltou")
**[D]** =CONT.SE(C5:C14;"Faltou")

# *CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS*

## *Direito Constitucional*

**Instrução: Leia o seguinte excerto de artigo jurídico e responda às questões 21 e 22.**

"(...) toda e qualquer norma jurídica deve ser interpretada através dos critérios hermenêuticos que, em essência, possuem um relativo cunho de generalidade. Ocorre, entretanto, que as normas constitucionais, de forma diversa dos demais regramentos normativos, não possuem um exclusivo conteúdo jurídico, exatamente por se tratar a Constituição de um texto com nítida feição política, sendo válido concluir que os problemas de interpretação constitucional, em certa medida, são mais amplos e complexos do que aqueles afetos à lei comum, até mesmo porque, sob certa ótica, também repercutem sobre todo o ordenamento jurídico.

(...)

Por essa específica razão, a interpretação dos dispositivos constitucionais demanda um amplo conhecimento não só dos princípios norteadores da hermenêutica constitucional (na qualidade de autênticos princípios regentes do sistema de valoração político-jurídica do Texto Constitucional), assim como dos denominados preceitos constitucionais presentes no âmbito da normatização sistêmica da Constituição (...)".

(FRIEDE, Reis. *Princípios de interpretação constitucional*. Disponível em: https://conjur.com.br/2022-nov-07/reis-friede-principios-interpretacao-constitucional/. Acesso em: 02 ago. 2026).

**QUESTÃO 21**

Sobre os princípios norteadores da hermenêutica constitucional, amplamente aludidos na doutrina e na jurisprudência, analise as afirmativas.

I. Em decorrência do princípio da unidade da Constituição, todas as normas insertas no texto constitucional possuem mesma hierarquia, dignidade e força normativa, inclusive as que integram o Ato Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT).
II. Conforme o princípio do efeito integrador, quando da resolução de problemas jurídico-constitucionais, o intérprete do direito deve priorizar soluções que conduzam à integração social e à unidade política.
III. O princípio da máxima efetividade, cuja formulação teórica é originada da tese da atualidade das normas programáticas, é invocado restritamente no âmbito dos direitos fundamentais, ou seja, deve-se adotar a interpretação que reconheça maior eficácia a esses direitos.
IV. Segundo o princípio da justeza ou da conformidade funcional, a interpretação constitucional não poderá ensejar um resultado que subverta o esquema organizatório-funcional estabelecido pelo constituinte, ou seja, não poderá alterar a estrutura de separação dos Poderes e de exercício das competências previstas na Constituição.

Estão corretas as afirmativas

**[A]** I, II e IV, apenas.
**[B]** I e II, apenas.
**[C]** III e IV, apenas.
**[D]** I, II, III e IV.

**QUESTÃO 22**

No âmbito da normatização sistêmica da Constituição, o legislador constituinte posicionou de forma privilegiada determinados preceitos como princípios regentes de soluções interpretativas e impediu que sejam abolidos por emenda constitucional. De acordo com o texto constitucional vigente, são cláusulas pétreas:

**[A]** A forma republicana de governo; o voto direto, secreto, universal e periódico; a separação dos Poderes; a forma federativa de Estado.
**[B]** A separação dos poderes; o sistema presidencialista de governo; o voto direto, secreto, universal e periódico; os direitos e garantias individuais.
**[C]** A forma federativa de Estado; o voto direto, secreto, universal e periódico; a separação dos Poderes; os direitos e garantias individuais.
**[D]** A separação dos poderes; o pluralismo partidário; os direitos e garantias individuais; a forma republicana de governo.

**QUESTÃO 23**

Analise a seguinte situação hipotética:

Considerando os altos índices de endividamento de diversos Estados e Municípios brasileiros, o Presidente da República decidiu editar medida provisória, com força de lei, para dispor sobre a alienação de ativos com vistas à redução do montante da dívida pública, e submetê-la de imediato ao Congresso Nacional.

Tendo em vista as disposições constitucionais vigentes acerca do tema tratado na situação relatada, é correto afirmar:

**[A]** Após aprovação pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, a medida provisória será convertida em lei ordinária ou lei complementar, a depender da relevância da matéria.

**[B]** É vedada a edição de medida provisória sobre medidas de ajuste relacionadas com a sustentabilidade da dívida pública, por se tratar de matéria reservada à lei complementar.

**[C]** Devido à relevância e urgência da matéria, a medida provisória, imediatamente após a sua edição, terá sua votação iniciada na Câmara dos Deputados em regime de urgência.

**[D]** O prazo inicial de vigência de sessenta dias da medida provisória será prorrogado uma única vez, por igual período, vedada a suspensão de prazos, inclusive em períodos de recesso do Congresso Nacional.

**QUESTÃO 24**

Em conformidade com o disposto no texto constitucional vigente acerca da repartição das receitas tributárias de outros entes federativos em favor dos Municípios, é correto afirmar:

**[A]** Pertence ao Município 50% (cinquenta por cento) do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seu território e a totalidade do produto da arrecadação em relação a veículos aquáticos e aéreos, cujos proprietários sejam domiciliados em seu território.

**[B]** Pertence ao Município a totalidade do produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por ele, suas autarquias, fundações e empresas públicas mantidas pelo ente municipal.

**[C]** Pertence ao Município a totalidade do produto arrecadado, por intermédio da Receita Federal do Brasil, do imposto da União sobre a propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis nele situados.

**[D]** Pertence ao Município 50% (cinquenta por cento) do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seu território e igual percentual, em relação a veículos aquáticos e aéreos, cujos proprietários sejam domiciliados em seu território.

**QUESTÃO 25**

Sobre o cabimento de ação perante o Supremo Tribunal Federal, em sede de controle concentrado de constitucionalidade de lei municipal, assinale a afirmativa correta.

**[A]** É admitida a arguição de descumprimento de preceito fundamental para impugnar norma municipal que desafia, ao mesmo tempo, tanto o texto constitucional federal quanto o estadual.

**[B]** É cabível a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo municipal, em face da Constituição estadual, quando esta apenas reproduz disposição constitucional federal.

**[C]** É cabível a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo municipal, em face da Constituição estadual, desde que não seja norma de reprodução obrigatória.

**[D]** É admitida a arguição de descumprimento de preceito fundamental para impugnar norma municipal que desafia o texto constitucional federal, desde que inexistente outro meio processual adequado.

## ***Direito Administrativo***

**Instrução: Leia o teor da Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal e responda às questões 26 e 27.**

"*A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.*"

(Disponível em: https://portal.stf.jus.br/jurisprudencia/sumariosumulas. Acesso em: 03 ago. 2026.)

**QUESTÃO 26**

Quanto ao prazo para a Administração Pública anular atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis aos administrados, é correto afirmar:

**[A]** O decurso do prazo decadencial impõe óbice à autotutela tanto nos atos nulos quanto nos anuláveis, aniquilando o direito de revisão desses atos, ainda que existente má-fé dos beneficiários.

**[B]** Incide o prazo decadencial previsto na legislação que regula o processo administrativo, a contar da data em que os atos foram praticados, salvo comprovada má-fé dos destinatários.

**[C]** O prazo prescricional para a Administração Pública revisar atos administrativos está previsto no Código Civil, que estabelece igual prazo para o exercício da pretensão do particular perante o erário.

**[D]** A competência administrativa para exercer a autotutela na revisão de atos eivados de vícios que os tornam ilegais é imprescritível, salvo previsão legal em contrário.

**QUESTÃO 27**

No que tange à revogação de atos administrativos, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

**[A]** O Juiz, no exercício da função jurisdicional, não possui competência para praticar atos de revogação, pois estes são inerentes à função exercida pela autoridade administrativa por meio da autotutela.

**[B]** A revogação produz efeitos *ex nunc*, ou seja, não tem efeitos retroativos e abrange apenas os atos exarados na competência discricionária da Administração Pública.

**[C]** O ato revogador, mesmo quando atingir a esfera jurídica de interesse do particular que mantém relação com a Administração Pública, não se submete a prévio procedimento administrativo para defesa do interessado.

**[D]** A revogação implica a extinção de um ato legítimo, sem vícios, por motivo de interesse público, amparado em critérios de oportunidade e conveniência.

**QUESTÃO 28**

A Lei n.º 11.107/2005, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos, estabelece que o consórcio público constituirá associação pública ou pessoa jurídica de direito privado (§ 1º do art. 1º). Sobre as disposições aplicáveis ao consórcio público com personalidade jurídica de direito privado, analise as afirmativas.

I. É constituído como pessoa jurídica de direito privado sem fins econômicos, mediante o atendimento dos requisitos da legislação civil.

II. Observará as normas de direito público no que concerne à realização de licitação, à celebração de contratos, à prestação de contas e à admissão de pessoal, que será regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

III. A execução de suas receitas e despesas deverá obedecer às normas de direito financeiro aplicáveis às entidades públicas.

IV. Fica dispensado de submeter o protocolo de intenções à ratificação por lei do respectivo ente federativo, sendo suficiente a subscrição pelo Chefe do Poder Executivo para fins de celebração do contrato de consórcio público.

Estão corretas as afirmativas

**[A]** I, II e III, apenas.

**[B]** I e III, apenas.

**[C]** I, II, III e IV.

**[D]** II e IV, apenas.

**Instrução: Considere a seguinte situação hipotética e responda às questões 29 e 30.**

A empresa Tratativa Certa Ltda. firmou contrato, com fundamento na Lei nº 14.133/2021, que estabelece normas gerais de licitação e contratos administrativos, com ente municipal mato-grossense para fornecer insumos necessários ao funcionamento da Secretaria Municipal de Educação. Após alguns meses de execução contratual, o contratado deu causa à inexecução parcial do contrato, o que impactou o funcionamento dos serviços públicos e causou manifesto prejuízo ao interesse público.
Diante disso, a Administração Pública municipal decidiu instaurar processo de responsabilização em face do contratado, em razão das ocorrências relacionadas à execução do contrato, que configuram, em tese, a prática de infração administrativa descrita em lei.

**QUESTÃO 29**

Com base na narrativa exposta e nas disposições da Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei n.º 14.133/2021 e alterações) acerca do processo administrativo sancionatório, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

( ) O processo de responsabilização será conduzido por comissão composta pelo fiscal do contrato e outros 2 (dois) servidores estáveis.
( ) A comissão avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
( ) Na hipótese de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o contratado será intimado para apresentar alegações finais no prazo legal.
( ) Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

Assinale a sequência correta.

**[A]** V, V, F, F
**[B]** F, V, F, V
**[C]** V, F, V, F
**[D]** F, F, V, V

**QUESTÃO 30**

Nos termos da Lei n.º 14.133/2021, a designação de comissão para condução do processo de responsabilização, tal como mencionado no caso relatado, é exigida para aplicação de quais sanções administrativas?

**[A]** Multa; impedimento de licitar e contratar; declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
**[B]** Impedimento de licitar e contratar; declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
**[C]** Advertência; multa; impedimento de licitar e contratar; declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
**[D]** Multa; impedimento de licitar e contratar; ressarcimento pelos prejuízos causados à Administração Pública.

## ***Direito Financeiro***

**QUESTÃO 31**

Considerando as normas constitucionais sobre finanças públicas que dispõem sobre o repasse de recursos financeiros destinados a órgão do Poder Legislativo, é correto afirmar:

**[A]** Os recursos destinados ao Poder Legislativo são calculados na forma de percentual sobre as dotações orçamentárias, excluídos os créditos suplementares e especiais.
**[B]** A transferência a fundos de recursos financeiros oriundos de repasses duodecimais somente é admitida quando houver previsão legal específica na lei orçamentária.
**[C]** O saldo financeiro decorrente dos recursos entregues ao Poder Legislativo deve ser restituído ao caixa único do Tesouro do ente federativo, ou terá seu valor deduzido das primeiras parcelas duodecimais do exercício seguinte.
**[D]** O repasse dos duodécimos pelo Poder Executivo ao Poder Legislativo deve ocorrer até o dia 20 (vinte) de cada mês, antecipando-se o vencimento da obrigação quando a data final não for dia útil.

**QUESTÃO 32**

Os princípios orçamentários são preceitos normativos a serem observados na elaboração e na execução da lei orçamentária, que foram incorporados pelo direito financeiro pátrio. Sobre tais princípios, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

( ) Segundo o princípio da pureza ou exclusividade orçamentária, a lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, excetuada a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.
( ) Em consonância com o princípio da especificação ou discriminação das despesas, a lei orçamentária anual não consignará dotações globais para atender indiferentemente as despesas.
( ) É vedada a vinculação de receita de impostos ou taxas a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas as exceções previstas no texto constitucional, em observância ao princípio da não vinculação ou não afetação de receitas.
( ) Pelo princípio do orçamento impositivo, a administração tem o dever de executar as programações orçamentárias, adotando os meios e as medidas necessários, com o propósito de garantir a efetiva entrega de bens e serviços à sociedade.

Assinale a sequência correta.

**[A]** V, F, V, F
**[B]** F, V, F, V
**[C]** V, V, F, V
**[D]** F, F, V, F

**QUESTÃO 33**

Em atendimento ao comando constitucional (art. 165, § 6º), o projeto da lei orçamentária anual (LOA) será acompanhado de demonstrativo do efeito sobre as receitas e despesas decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.
Considerando a redação vigente da Lei Complementar n.º 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) acerca do tema, analise as afirmativas.

I. A LOA deverá prever medidas de compensação a renúncias de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado.
II. A LOA conterá a estimativa global de incentivos e benefícios de natureza tributária, financeira e creditícia e para pessoas físicas e jurídicas, devendo tais estimativas de renúncias de receita serem organizadas em anexos específicos para o exercício de referência e os 2 (dois) exercícios subsequentes.
III. As medidas de compensação a renúncias de receita que visam ao aumento de receita serão implementadas por meio da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.
IV. Se o ato de concessão ou ampliação do incentivo ou benefício que implique renúncia de receita for condicionado a medidas de compensação, o benefício só entrará em vigor quando as medidas forem implementadas.

Estão corretas as afirmativas

**[A]** I, II, III e IV.
**[B]** I e III, apenas.
**[C]** I, III e IV, apenas.
**[D]** II e IV, apenas.

**QUESTÃO 34**

Ao dispor sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), a Lei Complementar n.º 101/2000 e alterações, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal, disciplina o conteúdo do Anexo de Metas Fiscais, assim definido:

Art. 4º (...)
§ 1º *Integrará o projeto de lei de diretrizes orçamentárias Anexo de Metas Fiscais, em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.*

Em vista da referida disciplina normativa, **NÃO** está contido no Anexo de Metas Fiscais:

**[A]** Demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.
**[B]** Evolução do patrimônio líquido nos últimos três exercícios, destacando a origem e a aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos.
**[C]** Avaliação da situação financeira e atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos.
**[D]** Avaliação dos passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso se concretizem.

**QUESTÃO 35**

Analise a seguinte situação hipotética:

O Presidente da Câmara Municipal de Ararinhas autorizou, por meio de ato administrativo, o pagamento de horas extras aos servidores efetivos e comissionados que se deslocarem para os distritos e comunidades rurais situados dentro da circunscrição territorial do Município para exercer funções externas inerentes às atividades parlamentares.

Tendo em vista que o referido ato foi exarado no último ano da legislatura e acarretará aumento de despesa do Poder Legislativo Municipal com pessoal, em relação à conduta do Presidente da Câmara, à luz da Lei n.º 10.028/2000, que dispõe sobre os crimes contra as finanças públicas, é correto afirmar:

**[A]** Aquele que ordenar ou autorizar aumento de despesa total com pessoal, nos últimos doze meses da legislatura, incorre em crime com previsão de pena de detenção de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos.
**[B]** Aquele que ordenar ou autorizar aumento de despesa total com pessoal, nos cento e oitenta dias anteriores ao final da legislatura, incorre em crime com previsão de pena de reclusão de 1 (um) a 4 (quatro) anos.
**[C]** Aquele que ordenar ou autorizar aumento de despesa total com pessoal, nos últimos doze meses da legislatura, incorre em crime com previsão de pena de reclusão de 1 (um) a 4 (quatro) anos.
**[D]** Aquele que ordenar ou autorizar aumento de despesa total com pessoal, nos cento e oitenta dias anteriores ao final da legislatura, incorre em crime com previsão de pena de detenção de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos.

## ***Direitos Difusos e Coletivos***

**QUESTÃO 36**

Conforme lição doutrinária, define-se o tombamento como "o procedimento administrativo pelo qual o Poder Público sujeita a restrições parciais os bens de qualquer natureza cuja conservação seja de interesse público, por sua vinculação a fatos memoráveis da história ou por seu excepcional valor arqueológico ou etnológico, bibliográfico ou artístico" (DI PIETRO, M. S. Z. *Direito Administrativo.* Rio de Janeiro: Forense, 2026, p. 155).

Em consonância com o Decreto-Lei n.º 25/1937, que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, considere as disposições acerca das modalidades de tombamento.

1. O tombamento de ofício incide sobre bens _____ e se processa mediante simples notificação à entidade a quem pertencer ou sob cuja guarda estiver a coisa tombada.
2. Proceder-se-á ao tombamento _____ sempre que o proprietário anuir, por escrito, à notificação, que se lhe fizer, para a inscrição da coisa em qualquer dos Livros do Tombo.
3. Proceder-se-á ao tombamento _____ quando o órgão competente notificar o proprietário e este apresentar suas razões de impugnação no prazo legal.
4. O tombamento provisório, que ocorre com a notificação do proprietário, produz os mesmos efeitos que o definitivo, _____ quanto à transcrição no Registro de Imóveis.

Marque a sequência que preenche correta e respectivamente as lacunas.

**[A]** públicos; voluntário; compulsório; salvo.
**[B]** estrangeiros; ordinário; extraordinário; inclusive.
**[C]** públicos; ordinário; extraordinário; salvo.
**[D]** estrangeiros; voluntário; compulsório; inclusive.

**Instrução: Leia o excerto da ementa de julgamento de Recurso Especial proferido pela Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça e responda às questões 37 e 38.**

1. É da competência da Justiça Federal o processo e julgamento de Ação Civil Pública visando indenizar a comunidade indígena Ashaninka-Kampa do rio Amônia.
2. Segundo a jurisprudência do STJ e STF trata-se de competência territorial e funcional, eis que o dano ambiental não integra apenas o foro estadual da Comarca local, sendo bem mais abrangente espraiando-se por todo o território do Estado, dentro da esfera de competência do Juiz Federal.
3. Reparação pelos danos materiais e morais, consubstanciados na extração ilegal de madeira da área indígena.
4. O dano ambiental além de atingir de imediato o bem jurídico que lhe está próximo, a comunidade indígena, também atinge a todos os integrantes do Estado, espraiando-se para toda a comunidade local, não indígena e para futuras gerações pela irreversibilidade do mal ocasionado.

(...)

(Resp. nº 1.120.117 - AC (2009/0074033-7). Rel. Min. Eliana Calmon. Data de Julgamento: 10/11/2009. Acesso em: 05 ago. 2026).

**QUESTÃO 37**

Segundo a classificação legal adotada para os direitos coletivos em sentido amplo (*lato sensu*), como o direito violado pela extração ilegal de madeira em área indígena, tal como exposto na ementa, é caracterizado?

**[A]** Direito coletivo em sentido estrito
**[B]** Direito individual homogêneo
**[C]** Direito difuso
**[D]** Direito coletivo heterogêneo

**QUESTÃO 38**

Quanto ao prazo para pleitear a reparação do dano ambiental causado à comunidade indígena, assinale a afirmativa correta.

**[A]** O direito à reparação do dano ambiental, por falta de prazo legal específico, está sujeito ao prazo geral da lei civil de 10 (dez) anos.

**[B]** É imprescritível o direito à reparação de danos ambientais, em vista do caráter indisponível do bem jurídico protegido, independentemente de não estar expresso em texto legal.

**[C]** A pretensão de reparação do dano ambiental prescreve em 3 (três) anos, seguindo o prazo civil das ações indenizatórias.

**[D]** A ação de reparação de dano ambiental prescreve em 5 (cinco) anos, por se tratar de proteção de bem jurídico de interesse público, o que atrai a aplicação do prazo de prescrição aplicável à Fazenda Pública.

**QUESTÃO 39**

O Estatuto da Pessoa Idosa (Lei n.º 10.741/2003 e alterações), ao dispor sobre o direito à habitação, prescreve em seu art. 37:

*A pessoa idosa tem direito a moradia digna, no seio da família natural ou substituta, ou desacompanhada de seus familiares, quando assim o desejar, ou, ainda, em instituição pública ou privada.*

Considerando as disposições do referido diploma legal aplicáveis aos programas habitacionais, públicos ou subsidiados com recursos públicos, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

( ) Em respeito à prioridade na aquisição de imóvel, pelo menos 5% (cinco por cento) das unidades habitacionais devem ser reservadas para atendimento às pessoas idosas.

( ) Os critérios de financiamento devem ser compatíveis com os rendimentos de aposentadoria e pensão.

( ) As unidades residenciais reservadas para atendimento a pessoas idosas devem estar situadas, obrigatoriamente, no pavimento térreo.

( ) São asseguradas a implantação de equipamentos urbanos comunitários voltados à pessoa idosa e a eliminação de barreiras arquitetônicas e urbanísticas, para garantia de acessibilidade.

Assinale a sequência correta.

**[A]** V, F, F, F

**[B]** F, V, V, V

**[C]** V, F, V, F

**[D]** F, V, F, V

**QUESTÃO 40**

A Lei n.º 7.853/1989, em sua versão atualizada, estabelece normas gerais para assegurar o pleno exercício dos direitos das pessoas com deficiência, bem como institui a tutela jurisdicional para defesa coletiva desses direitos. Com base nas disposições acerca da ação civil pública prevista na legislação em comento, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

**[A]** O Ministério Público intervirá obrigatoriamente nas ações coletivas em que se discutam interesses relacionados à deficiência das pessoas, e, facultativamente, nas ações públicas individuais, com o mesmo escopo.

**[B]** A sentença terá eficácia de coisa julgada oponível *erga omnes*, exceto no caso de haver sido a ação julgada improcedente por deficiência de prova, hipótese em que qualquer legitimado poderá intentar outra ação com idêntico fundamento, valendo-se de nova prova.

**[C]** São legitimados à propositura da ação o Ministério Público, a Defensoria Pública, os entes da federação, associação constituída há mais de 1 (um) ano, nos termos da lei civil, autarquia, empresa pública e fundação ou sociedade de economia mista que inclua, entre suas finalidades institucionais, a proteção dos interesses e a promoção de direitos da pessoa com deficiência.

**[D]** A sentença que concluir pela carência ou pela improcedência da ação fica sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal.

**CÂMARA MUNICIPAL DE COMODORO**

EDITAL Nº. 03/2026 – PMC-MT

# *FOLHA DE ANOTAÇÃO DO CANDIDATO*

| Questão | Alternativa |
|---|---|
| 01 | |
| 02 | |
| 03 | |
| 04 | |
| 05 | |
| 06 | |
| 07 | |
| 08 | |
| 09 | |
| 10 | |
| 11 | |
| 12 | |
| 13 | |
| 14 | |
| 15 | |
| 16 | |
| 17 | |
| 18 | |
| 19 | |
| 20 | |

| Questão | Alternativa |
|---|---|
| 21 | |
| 22 | |
| 23 | |
| 24 | |
| 25 | |
| 26 | |
| 27 | |
| 28 | |
| 29 | |
| 30 | |
| 31 | |
| 32 | |
| 33 | |
| 34 | |
| 35 | |
| 36 | |
| 37 | |
| 38 | |
| 39 | |
| 40 | |

Câmara Municipal de Comodoro.

**Esta folha é destinada para uso EXCLUSIVO do candidato.**